

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS LICENCIATURA

JOSÉ VÍCTOR MENDES CARVALHO

SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO: Análise dos conteúdos sobre cidadania no livro
didático

Caxias

2022

SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO: Análise dos conteúdos sobre cidadania no livro
didático

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências
Sociais da Universidade Estadual do Maranhão para o grau de
licenciatura.

Orientadora: Profa. Me. Gleiciane Brandão Carvalho

Caxias

2022

C331s Carvalho, José Victor Mendes

Sociologia no ensino médio: análise dos conteúdos sobre cidadania em dois livros didáticos / José Victor Mendes Carvalho. __Caxias: CESC/UEMA, 2022.

53f.

Orientador: Prof^a. Ma. Gleiciane Brandão Carvalho.

Monografia (Graduação) – Centro de Estudos Superiores de Caxias, Curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

1. Educação. 2. Sociologia. 3. Cidadania. 4. Livro didático. I. Título.
CDU 316:373.5

SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO: Análise dos conteúdos sobre cidadania no livro didático

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão para o grau de licenciatura em Ciências Sociais

Orientadora: Profa. Ma. Gleiciane Brandão Carvalho

Aprovada em 03/08/2022

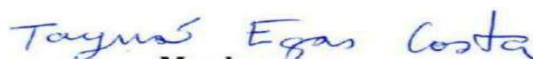
BANCA EXAMINADORA



Gleiciane Brandão Carvalho (Orientadora)
UEMA



Cléia Maria Lima de Azevedo
UEMA



Tayná Egas Costa
UEMA

Dedico esta monografia ao meu avô Binha (in memoriam), que sempre esteve ao meu lado desde o início.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, que me deu forças para concluir mais uma etapa em minha vida.

Aos meus avós, Binha (in memoriam), Graça, Hodaque e Terezinha de Jesus que me apoiaram e contribuíram de modo significativo durante todos esses anos que estive na escola.

Aos meus pais, Silmeiry e Luis Neto que sempre incentivaram os meus estudos.

Aos meus irmãos, Luis Pedro e Ana Luisy, que sempre estiveram ao meu lado nas horas mais difíceis e felizes da minha vida.

As minhas amigas de curso, Melcides, Vanessa e Kellyane que sempre estiveram comigo nessa jornada.

Aos meus professores de curso, que além do apoio, dividiram comigo todos os seus conhecimentos e a lutar por aquilo que acredito.

Agradeço também a minha prezada orientadora Prof^oMe. Gleiceane Brandão Carvalho, que, prontamente, aceitou me orientar.

RESUMO

A inserção da Sociologia no ensino médio se deu por meio da Lei 11.684/2008, que alterou o artigo 36 da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, com a finalidade de contribuir com o exercício da cidadania. A Sociologia é então muito atrelada ao exercício da cidadania, seja por meio das diretrizes curriculares, das funções do conhecimento sociológico ou como forma de conteúdo dos seus livros didáticos. O objetivo deste trabalho é apresentar uma análise dos conteúdos de cidadania presentes em dois livros didáticos de Sociologia para o ensino médio aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático em 2018. Em nossa análise percebe-se que ambos utilizam das mesmas fontes para abordar a cidadania em seus respectivos capítulos. O que vai diferenciá-los é a abordagem de cada um, que podem influenciar de maneiras distintas como a temática cidadania é trabalhada em sala de aula pelo professor de Sociologia.

Palavras-chave: Educação; Sociologia; Cidadania; Livro Didático.

ABSTRACT

The insertion of Sociology in secondary education took place through Law 11,684/2008, which amended article 36 of the Law on Guidelines and Bases for National Education, with the aim of contributing to the exercise of citizenship. Sociology is therefore closely linked to the exercise of citizenship, whether through curricular guidelines, the functions of sociological knowledge or as a form of content in its textbooks. The objective of this work is to present an analysis of the citizenship content present in two Sociology textbooks for high school approved by the National Textbook Program in 2018. In our analysis, it is clear that both use the same sources to address citizenship in their respective chapters. What will differentiate them is the approach of each one, which can influence in different ways how the citizenship theme is worked in the classroom by the Sociology teacher.

Key Words: Education; Sociology; Citizenship; Textbook.

LISTA DE SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CNLD – Comissão Nacional do Livro Didático

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

LD – Livro Didático

LDB – Lei de Diretrizes e Base

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PCEM – Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Livros Didáticos de Sociologia Seleccionados para a análise.....	37
Figura 1 –Imagem retirada da página 180 do livro “Sociologia para jovens do século XXI” .	41
Figura 2 -Imagem retirada da página 181 do livro “Sociologia para jovens do século XXI” .	42
Figura 3 – Imagem retirada da página 170 do livro “Sociologia em movimento”	45
Figura 4 – Imagem retirada da página 174 do livro “Sociologia em movimento”	46

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 -CIDADANIA E EDUCAÇÃO	13
A construção da cidadania.....	13
As origens da cidadania.....	16
Educação e cidadania.....	21
Sociologia e cidadania.....	24
2 - O LIVRO DIDÁTICO: algumas implicações.....	27
Conceitos e funções do livro didático.....	28
Percurso histórico do livro didático.....	31
Livro didático e o novo ensino médio: continuidades e mudanças.....	33
3- DO CONTEÚDO DE CIDADANIA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA.	37
Visão geral dos livros didáticos “Sociologia para jovens do século XXI” e “Sociologia em movimento”	38
Sociologia para jovens do século XXI	39
Sociologia em movimento	39
Análise do conteúdo sobre cidadania nos livros didáticos.....	40
A cidadania no livro didático “Sociologia para jovens do século XXI”	40
A cidadania no livro “Sociologia em movimento”	44
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	52

INTRODUÇÃO

No Brasil, o ensino de Sociologia perpassou por um percurso histórico marcado por diversas discussões acerca da sua inclusão na educação básica. Durante muito tempo a disciplina esteve excluída das escolas, e, muito recente, se tornou obrigatória nos currículos da educação básica.

A inserção da Sociologia no ensino médio se deu por meio da Lei 11.684/2008, que alterou o artigo 36 da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, com a finalidade de contribuir com o exercício da cidadania por meio do pensamento crítico-social. “Ao compreender melhor a dinâmica da sociedade em que vive, poderá perceber-se como elemento ativo, dotado de força política e capacidade de transformar e, até mesmo viabilizar, através do exercício pleno da sua cidadania, mudanças estruturais que apontem para um modelo de sociedade mais justo e igualitário (BRASIL, 200, p.37)”.

A Sociologia é então muito atrelada ao exercício da cidadania, seja por meio das diretrizes curriculares, das funções do conhecimento sociológico ou como forma de conteúdo dos seus livros didáticos. “Atualmente os debates sobre a Sociologia no Ensino Médio tem se intensificado se ampliando em um maior campo de interesse, isso se deve a importância da disciplina para a formação crítica e humanizadora dos alunos, proporcionando-lhes, novas consciências e formas de compreender as realidades sociais nas quais estão inseridos (MORAES, 2017, p.2).”

Desde a reintrodução da disciplina de Sociologia nos currículos escolares nacionais, vem-se ganhando um grande número de pesquisas acerca da atuação desse campo das Ciências Sociais na sala de aula. Grandes partes dessas pesquisas se direcionam para o trabalho do professor, a escassez de professores licenciados atuando na área e ou enquanto a finalidade dessa disciplina no ensino médio. Entretanto, percebe-se que grande parte das pesquisas do próprio livro didático de sociologia são feitas por pesquisadores voltados à educação ou da licenciatura de Ciências Sociais.

Uma das justificativas da nossa pesquisa é que o livro didático de Sociologia não tem sido muito reconhecido pelo campo acadêmico das Ciências Sociais, que é muitas vezes é tratado como materiais menores dedicados ao aprendizado escolar. No entanto, o presente trabalho compreende o livro didático de Sociologia como um instrumento pedagógico importante na transmissão de saberes científicos da Antropologia, Sociologia e Ciência

Política em saberes escolares. Outro fator importante para a justificativa do nosso trabalho é em decorrência à finalidade de contribuição a formação da cidadania dada à disciplina pelos currículos escolares da educação básica. Portanto, pretendo fazer um estudo da abordagem da cidadania a partir do Livro Didático de Sociologia.

A relevância da análise se direciona no fortalecimento de estudos do ensino de Sociologia no ensino médio, em específico ao subcampo do livro didático de Sociologia. Uma vez que os livros didáticos são elementos fundamentais na transposição de saberes acadêmicos em saberes escolares sistematizados, e que para muitos brasileiros, é a única fonte de conhecimento científico disponível.

O objetivo deste trabalho é apresentar uma análise dos conteúdos de cidadania presentes em dois livros didáticos de Sociologia para o ensino médio aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático em 2018. A escolha desses dois livros didáticos como objeto de pesquisa para a minha análise se deu por terem sido livros didáticos trabalhados por mim durante as regências do Estágio Supervisionado I e II.

Deste modo, as questões que mobilizaram esta pesquisa foram: 1) O que é cidadania? 2) Quais é a relação entre cidadania e a educação? O livro didático é um instrumento de formação cidadã? Como é abordado a cidadania nos livros didáticos de Sociologia?

Para melhor compreensão desse estudo, elencamos três pontos específicos, que foram: a) Compreender o conceito sociológico de cidadania; b) Definir o que é livro didático e c) Analisar a abordagem temática da cidadania nos livros didáticos de Sociologia.

Para esta análise recorreremos, primeiramente, ao estudo bibliográfico de autores que discutem sobre a cidadania. Em um segundo momento, aprofundamos nosso estudo em direção ao livro didático, por meio de um estudo bibliográfico do mesmo e algumas implicações a esse instrumento pedagógico. Por último, analisamos como é feita a abordagem da cidadania nos livros didáticos de Sociologia, para isso, a nossa análise é feita de dois capítulos desses livros que tem como título principal a cidadania.

Para reformular nossos objetivos, organizamos este trabalho em três capítulos. No primeiro capítulo “Cidadania e Educação”, contextualizamos a trajetória histórica da cidadania, para captar o seu conceito e qual é sua relação com a educação.

No segundo capítulo, “O Livro Didático: algumas implicações”, procuramos abordar o que é o livro didático e qual é o seu impacto no processo de aprendizagem. Para isso, discutiremos o conceito e funções do livro didático e sua institucionalização pelo Programa Nacional do Livro Didático.

Já no terceiro capítulo e último capítulo, faremos um estudo do livro didático de Sociologia para o ensino médio. Faremos um estudo dos aspectos gerais desse material para finalmente fazer uma análise da abordagem da cidadania em dois livros de Sociologia. Por meio desta análise iremos compreender como é abordado a cidadania nos livros didáticos de Sociologia.

CAPÍTULO -1 CIDADANIA E EDUCAÇÃO

O presente capítulo tem como objetivo fazer uma discussão acerca do conceito de cidadania, mas, antes disso, faz necessário entender a construção histórica desse conceito quais são suas relações com a educação. Para tanto, faremos um retrato da cidadania, desde seu surgimento, sua construção, e qual é sua relação com a cidadania. Partiremos das seguintes indagações: O que é cidadania? Qual o seu impacto na educação?

Para responder essa questão, nos pautamos a um estudo bibliográfico dos principais autores voltados para essas discussões, como Pinsky (2017), Bonavides (2009), Miranda (2009), Marshall (2002), Chauí (1994), Arendt (1995), Freire (2010), Gadotti (2008), Luckesi (2010) e entre outros.

Para discorrermos sobre estudo, dividimos o capítulo em quatro subtítulos. No 1.1 A construção da cidadania – faço uma abordagem do conceito de cidadania; 1.2 As origens da cidadania – traço o contexto histórico da cidadania, desde a Grécia Antiga até os dias de hoje; 1.3 Educação e cidadania – onde faço um estudo do conceito de educação e sua relação com a educação; Na seção 1.4 Sociologia e cidadania – traço a compreensão da sociologia a partir dos currículos da educação básica.

A construção da cidadania

O termo cidadania é conhecidamente um termo associado à vida em sociedade. Atualmente a cidadania é debate pertinente nas produções intelectuais, nos meios de comunicação, nas rodas de conversas, nos movimentos sociais e na política. Mas o que é cidadania? O que significa ser cidadão?

Para Pinsky (2007) o conceito de cidadania não é um conceito estanque, mas sim um conceito histórico, sendo assim, o seu sentido varia conforme o tempo e espaço. Desde a antiguidade, ela é objeto de fortes discussões na cena política e social das sociedades. Sendo assim, a cidadania pode ser entendida como um processo histórico em transformações constantes. Assim, ao definir-se ao conceito de cidadania, deve-se sempre considerar o contexto social a que se está referindo, logo a mesma adquire características próprias que se diferenciam conforme o tempo, o lugar e as condições socioeconômicas.

Para Bonavides e Miranda (2009, p.7):

O conceito de contemporâneo de cidadania se estendeu em direção a uma perspectiva na qual cidadão não é apenas aquele que vota, mas aquela pessoa que tem meios para exercer o voto de forma consciente e participativa. Portanto, cidadania é a condição de acesso aos direitos sociais (educação, saúde, segurança, previdência) e econômicos (salário justo, emprego) que permite que o cidadão possa desenvolver todas as suas potencialidades, incluindo a de participar de forma ativa e organizada e consciente, da construção da vida coletiva no Estado democrático. (BONAVIDES; MIRANDA, 2009, p.7)

A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá a possibilidade do indivíduo participar ativamente da vida social e das tomadas de decisões políticas em sociedade. Em vista disso, podemos entender que ser cidadão é compor-se a uma sociedade. Cidadania significa ter consciência que é um sujeito de direitos, como direitos à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade, enfim, um conjunto de direitos civis, políticos e sociais.

Thomas Humphrey Marshall, sociólogo britânico do início do século XX, desenvolveu em sua obra *Citizenship and Social Class*¹ a ideia de cidadania a partir de três elementos dispostos ao longo dos séculos XVIII, XIX, XX. De acordo com T. H. Marshall a cidadania é uma condição na qual onde só é plena composta de um conjunto de três tipos de direito: civis, políticos e sociais.²

“T.H. Marshall relaciona o desenvolvimento de cada um daqueles três tipos de seus elementos, surgidos e afirmados cada qual em um século diferente: os direitos civis teriam se formado no século XVIII; os direitos políticos, no século XIX, e os direitos sociais, no século XX. A divisão é didática e, como adverte o próprio autor, ditada mais pela história do que pela lógica” (MARSHALL, 2002, p. 9).

¹*Citizenship and Social Class* foi publicado em 1950, fruto de uma conferência dedicada a Alfred Marshall realizada em 1949. O livro de Marshall é uma construção histórica da conquista de direitos no Reino Unido. A obra *Citizenship and Social Class* é indispensável para a compreensão do conceito de cidadania e sua relação com a classe social.

² Marshall entende por “direitos civis” os “direitos da liberdade individual”. É então incluídos a liberdade do indivíduo, a liberdade de consciência, os direitos de propriedade, liberdade de expressão, o direito de firmar contratos e a igualdade perante a lei. Os “direitos sociais” são compreendidos a esses direitos que criam a possibilidade do exercício da participação política como “integrante de um corpo investido da autoridade política ou como eleitor dos membros desse corpo”. Já os “direitos políticos” podem ser entendidos como um conjunto de direitos, “desde o direito a um mínimo de segurança e bem-estar econômicos... até o de levar adiante a vida de ser civilizado conforme as normas que prevalecem na sociedade”.

Assim, a construção do conceito de cidadania pode ser compreendida por uma sequência cronológica ou por um fenômeno histórico. No Brasil, a construção da cidadania não seguiu a lógica da trajetória inglesa, analisada por T.H. Marshall. Segundo Carvalho (2002):

O surgimento sequencial dos direitos sugere que a própria idéia de direitos, e, portanto, a própria cidadania, é um fenômeno histórico. O ponto de chegada, o ideal da cidadania plena, pode ser semelhante, pelo menos na tradição ocidental dentro da qual nos movemos. Mas os caminhos são distintos e nem sempre seguem linha reta. Pode haver também desvios e retrocessos, não previstos por Marshall. O percurso inglês foi apenas um entre outros. A França, a Alemanha, os Estados Unidos, cada país seguiu seu próprio caminho. O Brasil não é exceção. Aqui não se aplica o modelo inglês. Ele nos serve apenas para comparar por contraste. Para dizer logo, houve no Brasil pelo menos duas diferenças importantes. A primeira refere-se à maior ênfase em um dos direitos, o social, em relação aos outros. A segunda refere-se à alteração na sequência em que os direitos foram adquiridos. (CARVALHO, 2002, p. 11)

A história da cidadania confunde-se muito com a conquista dos direitos humanos. A cidadania esteve e está em permanente construção; é um referencial de conquista da humanidade, através daqueles que lutam por mais direitos, maior liberdade, melhores garantias individuais e coletivas (SANTANA, 2009).

Ser cidadão é, portanto, é usufruir de direitos e garantias conferidos pela Constituição. A passagem do indivíduo a cidadão caracteriza-se pelo reconhecimento pela lei de direitos considerados fundamentais à realização da vida do homem como indivíduo e ser social, membro de uma comunidade política e a garantia desses direitos pela força comum de todos.

O exercício da cidadania plena pressupõe ter direitos civis, políticos e sociais e estes, são frutos de um longo processo histórico de construção e conquistas. À vista disso, para que possamos compreender como vem se dando essa evolução, é preciso que conheçamos como tem se dado a construção histórica da cidadania. Assim, se faz necessário entender como essas idéias foi sendo construídas ao longo dos tempos e como ela é entendida atualmente.

As origens da cidadania

Em grande parte dos seus estudos, a palavra cidadania aparece definida como “a qualidade ou estado de um cidadão”, que por sua vez é definido como “aquele que está no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado, ou no desempenho de seus deveres para com este”. A sociedade está sempre em processo de transformação, assim sendo, a compreensão do que é cidadania assume historicamente várias formas, desde a Antiguidade, passando por uma perda do seu significado na Idade Média e até ressurgir na modernidade.

Nas suas origens na Grécia antiga, como afirma Corrêa (1999), “a cidadania da Grécia Clássica possui um parâmetro muito específico, de difícil aceitação numa concepção moderna de cidadania”. A cidadania na Grécia Clássica estava ligada diretamente com a participação na política e administração das cidades-Estado. Porém, essa participação era exclusiva para alguns homens gregos, que detinham o direito de envolver-se com os interesses políticos e administrativos das cidades gregas.

Para os gregos a plena capacidade do indivíduo só se dava com a participação ativa na vida política, social e administrativa da cidade-Estado. De acordo com Dal Ri Júnior (2002):

"Na evolução da sociedade grega antiga, o interesse em defender a cidade-Estado transforma-se em sentimento subjetivo de bem comum em relação à polis. Sentimento que deve claramente transcender a todos os interesses pessoais do cidadão. Assim sendo, eram considerados cidadãos todos os homens livres que pertenciam aos grupos que contribuía ativamente à organização da comunidade. Além de possuidor de um vínculo de origem com o território da comunidade, o cidadão grego deveria ser homem, livre, de grande despojamento pessoal e de participação, em prol dos interesses da polis. Por conseguirem identificar os próprios interesses pessoais com o da Cidade-Estado, estes eram considerados homens virtuosos e sábios." (DAL RI JÚNIOR, 2002, p. 27)

Segundo Chauí (1994), eram apenas considerados cidadãos:

“Os homens nascidos no solo da cidade, livres e iguais, portadores de dois direitos inquestionáveis: portadores da isonomia (igualdade perante a lei) e da isegoria (o direito de expor e discutir em público opiniões sobre ações que a cidade deveria ou não realizar. Ressalta-se que o status de cidadão era

transmitido através do direito de sangue, onde só são reconhecidos como nacionais os filhos de pais nascidos no país.”

Segundo Arendt (1995), é em Atenas, especificamente no século V que se desenvolve as concepções de democracia e cidadania. Em oposição à idéia de aristocrática de poder, o cidadão poderia e deveria atuar na vida pública independentemente de origem familiar, classe social ou função. Portanto, essa racionalidade era conferida apenas uma pequena parcela da população, pois apenas 10% da população eram considerados cidadãos em Atenas. As mulheres, os estrangeiros e os escravos continuaram privados de quaisquer direitos políticos. Para Arendt, mulheres e escravos:

Pertenciam à mesma categoria e eram mantidos fora das vistas alheias – não somente porque eram propriedade de outrem, mas porque sua vida era “labiosa”, dedicada a funções corporais. O filho, de preferência, deveria ser do sexo masculino, sendo candidato em potencial para exercer a cidadania. O escravo servia de mão-de-obra para o sustento e manutenção dos cidadãos (ARENDR, 1995, p. 82-83)

Mesmo que a situação não seja muito diferente, na Roma antiga não se pode resumir o conceito de cidadania em um único período histórico. Na Roma por muito tempo a cidadania e os direitos políticos foram atribuídos restritamente aos patrícios, formando assim como os gregos, uma nobreza (de sangue e hereditária) e a plebe (constituída de romanos não nobres e estrangeiros). Inicialmente, o que distinguia patrícios de plebeus era o fato de que estes, embora livres, não eram cidadãos. O exercício da cidadania era um privilégio dos patrícios, que gozavam de todos os direitos civis, políticos e religiosos. O resultado disso foram crescentes manifestações de descontentamento e lutas internas dentro das cidades. Na construção de um entendimento de cidadania, relevante é o legado deixado pela experiência romana, principalmente no que toca o conceito de democracia.

Segundo Funari (2013) já é possível visualizar dentro da cidadania romana uma aproximação do conceito moderno do termo:

Como podemos avaliar a importância da experiência romana para o conceito moderno da democracia? Para estudiosos do século XX, a República romana foi encarada como uma oligarquia corrupta, uma aristocracia endinheirada, comparada negativamente com a Atenas democrática do século V a.C. Nas

últimas décadas, entretanto, estudiosos têm mostrado que a vida política romana era menos controlada pela aristocracia do que se imaginava e, de certa maneira, Roma apresentava diversas características em comum com as modernas noções de cidadania e participação popular na vida social. Os patriarcas fundadores dos Estados Unidos da América tomaram como modelo a constituição romana republicana, com a combinação de Senado e Câmara (no lugar das antigas assembléias). A invenção do voto secreto, em Roma, tem sido considerada a pedra de toque da liberdade cidadã. O Fórum pode ser considerado o símbolo maior de um sistema político com forte participação da cidadania. Lá, os magistrados defendiam seus pontos de vista, a tal ponto que grupos rivais competiam pelo controle dos lugares em que os cidadãos se reuniam.

Mesmo que esses elementos apresentem um conceito de cidadania aberto, a essência política do conceito de cidadania romana revestia-se de uma igualdade de direitos políticos que, de fato, não era praticada. Ou seja, o que vai caracterizar a cidadania romana é seu aspecto elitista, limitador, excludente e machista. Com o passar dos tempos, entretanto, o conceito de cidadania passou a se referir a outras esferas além da política.

Com a decadência do Império Romano, a Idade Média foi, em termos sociais, econômicos e políticos, um período de transformações e adaptações a uma nova realidade organizacional da sociedade. Assim, durante o processo de formação do feudalismo, muitas mudanças ocorreram nas atitudes mentais e nas relações entre o saber e a política. (FILHO; NETO, p. 02)

Portanto, a compreensão de cidadania era quase que negada pelo absolutismo, logo que o sujeito era súdito da coroa e a participação política era centralizada na figura do rei. Sendo assim, juntamente com as revoluções burguesas, surgiu a concepção moderna de cidadania, que no liberalismo, passou a contemplar a liberdade e igualdade reivindicadas pela burguesia contra o Estado Absolutista.

Estas alterações permitem-nos visualizar a formação do Estado e a construção da cidadania. De acordo com Gorczewski e Martin (2011):

Nesse período surge uma breve centelha do sentido de cidadania: a idéia de pertencer a uma comunidade. Quando a igreja começou a desenvolver a sua

estrutura administrativa, concedeu aos bispos uma autoridade considerável. Esses se instalaram em cidades romanas, que a igreja denominava dioceses. Com a queda do império romano, portando das autoridades civis e militares, a igreja estava em situação ideal para assumir o controle e a liderança política, além da espiritual já detinha, congregando tanto os habitantes das aldeias como os da zona rural em uma comunidade com clara identidade. (p.34)

Os séculos XIX e XX foram responsáveis por progressos significativos do conceito de cidadania. “Juntamente com a Revolução Inglesa e Francesa, surgiu à concepção moderna de cidadania, que, no universo liberal, passou a contemplar a liberdade e igualdade reivindicadas pela burguesia contra o Estado Absolutista” (LUIZ, 2007, p. 97)

Um dos argumentos marcantes da burguesia é por considerar o Estado Absolutista como injusto e irracional. Nesse sentido, essas revoluções priorizavam a os chamados direitos naturais (direitos civis), porque “afirmava a liberdade individual contra as pretensões despóticas do absolutismo e em que negava a desigualdade de direitos sancionada pela organização hierárquica e estamental própria do feudalismo.” (COUTINHO, 1999, p.44).

Segundo Covre (2010) as revoluções burguesas, particularmente a Revolução Francesa:

Estabelecem-se as Cartas Constitucionais, que se opõem ao processo de normas difusas e indiscriminadas da sociedade feudal e às normas arbitrárias do regime monárquico ditatorial, anunciando uma relação jurídica centralizada, o chamado Estado de Direito. Este surge para estabelecer direitos iguais a todos os homens, ainda que perante a lei, e acenar com o fim da desigualdade a que os homens sempre foram relegados. Assim, diante da lei, todos os homens passaram a ser considerados iguais, pela primeira vez na história da humanidade. Esse fato foi proclamado principalmente pelas constituições francesa e norte-americana, e reorganizado e ratificado após a Segunda Guerra Mundial, pela Organização das Nações Unidas (ONU), com a Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948).

No Ocidente, em determinados períodos históricos, a cidadania passou por diferentes formas de compreensão. A cidadania, durante essa longa caminhada, perpassou por diversos avanços, retrocessos, crises, conflitos e interesses econômicos e políticos. Certamente, trata-se de um processo de conquistas e iniciativas voltadas a defender ou construir um modelo de

cidadão de acordo com as conjunturas de cada tempo ou espaço. Atualmente é compreendida como um processo de participação do indivíduo, dado a um processo de conquistas sociais, dentro da sociedade.

Podemos entender por cidadania como o pertencimento pleno dentro de uma comunidade. Pertencimento implica participação dos indivíduos na determinação das condições de sua própria associação.³ Diferente do que se é pensado no senso comum, a cidadania não se resume somente em participações através do voto, mas sim a um conjunto de direitos que permitem o indivíduo a participar efetivamente da vida e do governo do seu povo, participar diretamente ou indiretamente na formação do governo e na sua administração. Entretanto, a idéia de cidadania também abrange a existência de deveres para com o Estado⁴ em que o indivíduo possui vínculo.

Segundo Luiz (2007) a presença do Estado é imprescindível para a existência da cidadania

[...] porque é por meio do aparato jurídico e pela prestação de inúmeros serviços (saúde, educação, segurança pública etc.) que efetivamente – pelo menos parcialmente – se garante cidadania, ou seja, os direitos civis, políticos e sociais são implementados, por um lado, com a existência e efetiva atuação do Estado.

A cidadania moderna compreendida como a concretização da democracia. Essa concretização se efetiva como uma melhoria de vida em aspecto social e econômico e por meio do asseguramento de direitos e de deveres dos indivíduos. Atualmente, mesmo que existam diferentes formas de exercer cidadania além do voto ou participação na política partidária, é comum o exercício da cidadania por parte da sociedade. Essa problemática se dar por diversos fatores, dentre eles destacam-se os grandes ataques a direitos vistos como “básicos” por parte do neoliberalismo, e até mesmo por uma grande desmotivação da prática democrática por parte do Estado na conscientização da importância do cidadão e preservação da cidadania.

³ MARSHALL, 1973, p. 70.

⁴ Estado é o espaço maior de ordenamento político, onde se busca a racionalidade (sempre inatingível) do sistema capitalista, por meio de um conjunto, relativamente diversificado, de instituições. (ENGELS, 1996; BURDEAU, 1970; CARNOY, 1990). O Estado é a ordem jurídica institucionalizada para tratar da gestão da vida em sociedade. Portanto, o Estado é parte da sociedade e possui uma estrutura política e organizacional que se sobrepõe da sociedade como um todo.

A expressão cidadania é constantemente associada a um conjunto de direitos, bem como, a liberdade de ir e vir, acesso à saúde, acesso à moradia, acesso à educação e entre outros. Mas em conjunto a essa série de direitos, existe uma série de deveres a serem cumpridos pelo cidadão. Entre os deveres destacam-se o voto, o cumprimento das leis, proteger o patrimônio público e respeitar os direitos sociais de outras pessoas. Mas mesmo que a cidadania moderna se apresente, em teoria, perfeitamente elencada na Constituição Federal, porém na prática a cidadania se apresenta cada vez mais ineficaz.

1. 3 Educação e Cidadania

Assim como o conceito de cidadania, a educação é um conceito muito amplo e complexo e que vem sendo discutido por sociólogos e educadores ao longo dos anos. Se pararmos para observar, de modo histórico, a cidadania sempre esteve entrelaçada com a educação, uma vez que a educação de crianças e jovens quase sempre foi vista como necessária à formação da cidadania. No Brasil, mesmo nos momentos mais críticos de fechamento político em que o Estado atacava diretamente o exercício da cidadania na sua dimensão mais simples, como os direitos políticos e civis, a legislação educacional não deixou de mencionar a formação do cidadão como principal finalidade do processo educacional.

A educação sempre esteve a serviço de um determinado tipo de cidadania, de certo modo, nunca ficou explícita quanto ao tipo de cidadania que estava propondo. Assim, entender a relação cidadania-educação se faz necessário explicitar e entender de que cidadania está se falando.

Vaidergorn (2000) chama a atenção para a necessidade de conhecer sobre que tipo de cidadania que o espaço escolar pressupõe. Para o autor “[...] a educação básica, apresentada como um direito de cidadania conquistado pelas massas e incorporados como um valor liberal, não é mais do que um meio de assegurar desigualdade social em nome da igualdade de direitos”. (p. 21).

Para Afonso e Ramos (2007) o papel da educação é fundamental no processo de construção e consolidação da cidadania. Sendo assim, o exercício da mesma requer conhecimentos referentes aos direitos e deveres, próprio das políticas educacionais com um

valor ético-político na perspectiva da construção cidadã. Para estes autores o processo de construção da cidadania ou o processo de chegar a ser cidadão “[...] é também um processo épico e histórico que tem a ver com a vitória frente ao poder instituído e que, seguramente, tem a ver com a educação” (p. 82).

Para Filho (1998) esse processo pode resultar em conformismo e obediência, mas, dependendo de como o processo educacional se desenrola dentro do espaço escolar, pode também levar ao “[...] desenvolvimento intelectual e aumentar a compreensão do educando em relação ao meio natural ou socialmente criado onde vive, e, assim, atuar de um modo não coercitivo, contribuindo para a formação de indivíduo crítico/reflexivo.”

Contudo, os sistemas educativos e as suas reformas educativas são delineados a partir de mudanças do sistema capitalista, onde se é pensado uma política educacional voltada ao atendimento das necessidades neoliberais e dos sistemas produtivos, deixando de lado a cidadania como dimensão da coletividade distante dos espaços escolares e criando uma contradição entre a cidadania democrática e a coesão social.

A cidadania, no contexto da globalização, pode ser entendida como instrumento de estratificação social em que o Estado a concebem aos “[...] populistas como promessa de usufruto dos benefícios da civilização e possibilidade de superar as diferenças de classe e aos conservadores como elemento de rebelião em massa”. (Ibid., p. 21).

A educação para e pela cidadania é muito mais amplo que o espaço escolar, mas quero aqui me atentar exclusivamente para o ensino e para a própria escola. No que se diz a respeito da educação, muito se diz que o objetivo da educação é formação do cidadão e ou cidadã. Portanto, se faz necessário uma compreensão objetiva do que é educação. Luckesi (1994) compreende três sentidos para a educação: a educação enquanto redenção da sociedade, a educação enquanto reprodutora da sociedade e a educação enquanto instrumento de transformação da sociedade.

A educação enquanto *redenção* da sociedade, aonde papel da educação é “manter e conservar a sociedade integrando o indivíduo no todo social” (LUCKESI, 1994, p. 38), nesse sentido, a educação “[...] tem por significado e finalidade a adaptação do indivíduo a sociedade, deve reforçar laços sociais, promovendo coesão social garantir a integração de todos os indivíduos no corpo social” (LUCKESI, 1994, p. 38).

A educação enquanto *reprodução* da sociedade, onde a escola é “o instrumento criado para otimizar o sistema produtivo e a sociedade que ele serve”⁵ pois “ela não só qualifica para

⁵LUCKESI, 1994, p. 45

o trabalho, socialmente definido, mas também introjeta valores, que garantem a reprodução comportamental compatível com a ideologia dominante”. (LUCKESI, 1994, p. 45).

A educação como um instrumento de *transformação* da sociedade, a educação pode ser compreendida como projeto de mediação social, “seja ele um projeto conservador, transformador, autoritário ou democrático” (LUCKESI, 1994, p. 49).

Sendo assim, acredita-se que o papel da educação para uma cidadania democrática deve centrar-se em um currículo que capacite o educando para o desempenho da “vida em sociedade, a atividade produtiva e a experiência subjetiva, a integração dos homens no tríplice do universo do trabalho, da simbolização subjetiva e das relações políticas”.⁶

Pensar sobre os desafios e encaminhamentos da educação para a efetivação da cidadania é certamente muito complexo e desafiador. A escola é um espaço interdisciplinar, onde é possível trabalhar um pouco de tudo e ao mesmo tempo devem-se passar reflexões críticas e políticas do meio social. Moacir Gadotti (2008) aponta que é necessário construir uma escola transformadora, universal e igualitária para todos os indivíduos e que respeite as especificidades regionais, culturais e locais. Para este autor, esse é o caminho para a construção do que ele chama de escola cidadã, cuja sua construção deve empreender esforços múltiplos. Sendo assim, é necessário “[...] unir o nacional com o regional, inserindo o popular no público, ultrapassando a escola nacional e estatal para chegar a escola popular” (p. 52).

A escola cidadã, conforme Freire:

[...] é aquela que se assume como um centro de direitos e de deveres. O que a caracteriza é a formação para a cidadania. A Escola Cidadã, então, é a escola que viabiliza a cidadania de quem está nela e de quem vem a ela. Não pode ser uma escola cidadã em si e para si. Ela é cidadã na medida mesma em que se exercita na construção da cidadania de quem usa o seu espaço. A Escola Cidadã é uma escola coerente com a liberdade. É coerente com seu discurso formador, libertador. É toda escola que, brigando para ser ela mesma, luta para que os educandos-educadores também sejam eles mesmos. E como ninguém pode ser só, a Escola Cidadã é uma escola de comunidade, de companheirismo. É uma escola de produção comum do saber e da liberdade. É uma escola que vive a experiência tensa da democracia (FREIRE; GADOTTI, 2010, p. 69).

Deste modo, acredita-se que a educação, em um caminho para o exercício da cidadania, necessita ressaltar de forma explícita aos cidadãos os seus direitos e deveres. Gorczewski (2009) ressalta que

[...] Todo Homem deve educar-se: a educação dignifica o próprio homem, proporciona uma melhor qualidade de vida, dá - lhe o senso do dever e participação. Somente com educação o homem poderá contribuir com o desenvolvimento do país; portanto da sua sociedade.

⁶ SEVERINO, 1994, p. 100.

Portanto, acredita-se que é por meio de uma educação de qualidade podemos construir uma sociedade melhor, buscando possuir cidadãos críticos e mais reflexivos. Devemos também levar em conta as desigualdades presentes dentro da educação, onde o cumprimento da mesma deve ser igualitário ao mesmo tempo em que compreende as diferenças que formam a mesma. Para isso é necessário que a escola construa discussões para despertar o interesse dos alunos a discutirem questões sociais, políticas e econômicas, relacionando “com as realidades de todos os alunos, considerarem as variadas relações pedagógicas e as características da constituição humana e social, semear o conjunto de valores universais destacando os que possuem na cultura de cada aluno, envolver o aluno nas aulas e em outros momentos, ensinar que deve se cuidar e respeitar o espaço público, assim como outro cidadão.”⁷

1.4 Sociologia e Cidadania

De acordo com os PNCs (1999) o objetivo da Sociologia no ensino médio é de introduzir o educando em questões conceituais e metodológicas de conhecimentos das ciências sociais.

A Lei 9.394/96

Estabelece como uma das finalidades centrais do Ensino Médio a construção da cidadania do educando, evidenciando, assim, a importância do ensino da Sociologia do Ensino Médio. Tendo em vista que o conhecimento sociológico tem como interpretar/explicar todos os fatos relacionados à vida social, logo permite instrumentalizar o aluno para que possa decodificar a complexidade da realidade social.

Nessa perspectiva, entra também em discussão diversos fatores acerca da condução da disciplina em sala de aula, como por exemplo, o uso do livro didático, a postura do professor e da prática em sala de aula. Não quero aqui reafirmar o estereótipo do senso comum da Sociologia como disciplina “salvadora da pátria” ou como única condição suficiente para o exercício da cidadania plena, mas acredito que ela seja a condição necessária dentro da educação básica de possibilitar o desenvolvimento do pensamento crítico e “construir a identidade social e política, de modo a viabilizar o exercício da cidadania plena, no contexto do Estado de Direito, atuando para que haja, efetivamente, uma reciprocidade de direitos e

⁷ ZWETSH, 2015, p. 1539.

deveres entre o poder público e o cidadão e também entre os diferentes grupos.”⁸. Como afirma Sarandy (2010)

A contribuição que a sociologia pode dar para o desenvolvimento do pensamento crítico, não porque teria um conteúdo imprescindível – não devemos pensar de modo messiânico na sociologia. Nem o pensamento crítico se desenvolve devido à aprendizagem de algum tipo especial de conteúdo [...] a sociologia tem a contribuir para o desenvolvimento do pensamento crítico, ao lado de outras disciplinas, pois promove o contato do aluno com sua realidade, e podemos acrescentar, bem como o confronto com realidades distantes e culturalmente diferentes. É justamente nesse movimento de distanciamento do olhar sobre nossa própria realidade e de aproximação sobre realidades outras que desenvolvemos uma compreensão de outro nível e crítica.

Vale ressaltar que, o retorno da disciplina de Sociologia nos currículos do ensino médio é muito recente, com o pressuposto de à construção da cidadania. Esse pressuposto pode ser entendido como uma *Sociologia cidadã*, onde a disciplina é entendida como instrumento de intervenção para a construção do cidadão social e politicamente ativo em sua sociedade. Por outro lado, essa concepção não é bem aceita por alguns sociólogos, pois, acreditam que o objetivo da Sociologia não é formar cidadãos, mas sim compreender a cidadania como objeto de estudo da mesma, como colocado nos PNCs (1999):

Assim, pela via do conhecimento sociológico sistematizado, o educando poderá construir uma postura mais reflexiva e crítica diante da complexidade do mundo moderno. Ao compreender melhor a dinâmica da sociedade em que vive, poderá perceber-se como elemento ativo, dotado de força política e capacidade de transformar e, até mesmo, viabilizar, através do exercício pleno de sua cidadania, mudanças estruturais que apontem para um modelo de sociedade mais justo e solidário.

O conhecimento sociológico permite ao educando realizar reflexões mais aprofundadas e críticas da realidade em que ele vive. Assim, a sociologia se constitui como uma disciplina importante na contribuição da pessoa humana. “o Conhecimento sociólogo representa uma tomada de consciência de aspectos importantes da ação humana e da realidade na qual se manifesta. Adquirir uma visão sociológica do mundo ultrapassa a simples profissionalização, pois, nos mais diversos campos do comportamento humano, o conhecimento sociológico pode levar a um maior comprometimento e responsabilidade para com a sociedade em que se vive” (COSTA, 1997, p.)

Discutir sobre o ensino de Sociologia do ensino médio é perceber o papel político que essa disciplina pode causar, por meio dos conhecimentos das Ciências Sociais, na formação

⁸PNCs, 1999, p. 43.

da cidadã, “reflexiva, solidária, responsável, criativa, autônoma e participativa” (SANTOS, 2002, p. 77).

Conforme a LDB, nº 9394/96, artigo 36, a introdução da disciplina de Sociologia no ensino médio tem papel fundamental na construção da cidadania. A disciplina de Sociologia tem como finalidade de estimular nos educandos conhecimentos sociológicos que possibilitem a construção da cidadania e o saber crítico.

De acordo com Santos (2002) “Se a disciplina de Sociologia for trabalhada de forma eficaz, provavelmente trará contribuições para a formação do cidadão, dando a ele instrumentos para o questionamento a pesquisa e a reflexão crítica sobre a sociedade (p. 42).

Os PCNs apresentam que

[...] pela via do conhecimento sociológico sistematizado, o educando poderá construir uma postura mais reflexiva e crítica diante da complexidade do mundo moderno. Ao compreender melhor a dinâmica da sociedade em que vive, poderá perceber-se como elemento ativo, dotado de força política e capacidade de transformar e, até mesmo, viabilizar, através do exercício pleno de sua cidadania, mudanças estruturais que apostem para um modelo de sociedade mais justo e solidário (BRASIL, 2000, p. 37)

Segundo Souza (2012, p. 88), o contato com a Sociologia pode trazer grandes contribuições aos estudantes na formação de uma consciência crítica, chamando-os a se entenderem como sujeitos e protagonistas históricos, inseridos na complexidade da sociedade capitalista com uma visão mais humanística.

Diante disso, faz necessário de uma compreensão de um terceiro protagonista nas aulas de sociologia no ensino médio, o livro didático. Esse material pedagógico, juntamente com o professor de Sociologia tem a capacidade de trabalhar o senso crítico, contribuindo assim por meio dos conteúdos escolares para um olhar sociológico por parte dos alunos.

2-O LIVRO DIDÁTICO: algumas implicações

Os livros didáticos estão muito presentes em boa parte das escolas brasileiras. Esse material pedagógico é uma das ferramentas de ensino mais usadas na educação básica. O Brasil é o país que mais consome livro didático, onde, mesmo que você não tenha o hábito de leitura, é impossível que você em algum momento tenha que abrir esse livro. Desde sua implementação na educação básica, esse material conta com um grande número de estudos sobre sua função dentro da sala de aula. Fazer um estudo sobre o livro didático é adentrar a uma gama de discussões políticas, educacionais, sociais e culturais.

No presente capítulo apresentamos o que é o livro didático para compreendermos qual a contribuição desse instrumento de ensino na formação cidadã. Nosso objetivo é entender o que é o livro didático, como ele surgiu e qual é sua contribuição na formação da cidadania.

Para tanto, faremos um retrato desse material pedagógico dentro do ensino médio, desde seu surgimento, sua função no processo aprendizagem e quais seus impactos na formação cidadã. Partiremos da seguinte indagação: Qual o impacto político do livro didático para a formação cidadã?

Para responder essa questão, nos pautamos a análise bibliográficas dos principais autores desse objeto de pesquisa, como Bittencourt (1993), Choppin (2004), Carvalho (2021), Lajolo (1996), Araújo (2012), Carmagnani (1999), Engerroff (2017), Suero (2020), entre outros. Estes autores se dedicaram a analisar o livro didático e sua função no ensino básico.

Para discorrermos sobre o livro didático, dividimos o capítulo em quatro subtítulos: 2.1 Conceitos e funções do livro didático – em que discutiremos o que é o livro didático e quais funções esse material assume no contexto escolar; e 2.2 Percurso histórico do livro didático – em que abordaremos o surgimento e a trajetória histórica desse material didático; 2.3 Livro didático e o novo ensino médio: continuidade e mudanças – no qual faço perspectivas e reflexões dos possíveis impactos do novo ensino médio no livro didático. Este capítulo contextualiza a trajetória do livro didático para que possamos, no capítulo seguinte, fazer uma análise da cidadania no livro didático de Sociologia do ensino médio.

Conceitos e funções do livro didático

O livro didático é, na educação brasileira, a ferramenta de cunho pedagógico mais utilizada no processo de ensino-aprendizagem dentro do contexto escolar. Embora não seja o único material pedagógico usado dentro da sala de aula, o livro didático se sobressai por ser um suporte metodológico impresso e de longa durabilidade, e por responder às determinações do estado acerca dos conhecimentos sistematizados a serem ensinados dentro da escola. Além disso, o livro didático impresso, em determinadas circunstâncias, pode ser entendido como única ferramenta de ensino acessível para muitos os indivíduos da educação básica no Brasil.

Para Choppin (2004) o livro didático assume diversas funções na escola, como: *Referencial*, contendo o programa da disciplina; *Instrumental*, apresentando uma metodologia de ensino pertinente àquela disciplina; *Ideológica* “da língua, da cultura e dos valores das classes dirigentes” e *Documental* “cuja observação ou confrontação podem vir a desenvolver o espírito crítico do aluno” (p. 553).

O que vai diferenciar o livro didático dos demais livros é que esse trabalho tem um público alvo bem definido, ser uma mercadoria lucrativa e também por ter seu uso obrigatório na educação básica. A problemática do livro didático se insere em um contexto mais amplo, que perpassa o sistema educacional e envolve estruturas globais: o Estado, o mercado e a indústria cultural⁹. Logo, “uma análise do livro didático não poderia “deixar de considerar sua inserção no contexto geral do sistema educacional, o mercado o qual serve e, por fim, seus usuários professores e alunos (CARMAGNANI, 1999, p. 127)”.

É fundamental entender que o livro didático não é apenas um instrumento pedagógico, mas também fonte de lucro e renda para editoras. “Não se pode abstrair do livro – e do livro didático – a determinação de que ele é, antes de tudo, produzido para o mercado”¹⁰. Santos (2009) cita Apple, no qual ressalta a importância de se entender o livro didático como mercadoria

Um primeiro elemento teórico que possibilita aprofundar o entendimento sobre as relações entre professores e o LD é a ideia de Apple (1995, p. 82) de que o livro precisa ser analisado como uma mercadoria. Segundo o autor (APPLE, 1995), o LD vem sendo fortemente orientado por sistemas, ou seja, as pressões econômicas e ideológicas sobre os textos são bem significativas. [...] Assim, ao analisar o LD como mercadoria, um material que é produzido, vendido e consumido, também se pretende desvelar as relações que existem por trás das escolhas feitas pelos

⁹ FREITAG, 1997, p. 127.

¹⁰ FREITAG, 1997, p. 127.

professores, tendo em vista que esses sujeitos vivem em uma sociedade capitalista e marcada por fortes intenções comerciais das editoras. (SANTOS, p. 21)

No Brasil, o contato com o livro quase sempre se dá na escola. Interessante para se pensar na representação do LD, é que mesmo que você não tenha o hábito de leitura, é quase impossível não folhear o livro didático para estudar para a prova, acompanhar a leitura do professor ou responder uma atividade.

O LD é a transposição de saberes acadêmicos em saberes escolares, e que para muitos, é a única fonte de conhecimento científico acessível. Sob este aspecto, podemos refletir acerca do impacto social da pandemia do novo coronavírus na educação.

A pandemia do novo coronavírus e o isolamento social obrigatório redefiniram as práticas e estratégias de ensino. O ensino remoto surgiu como uma alternativa emergencial, onde as aulas eram dadas e assistidas dentro de casa, para assegurar o distanciamento social e dar continuidade aos conteúdos escolares que antes seriam desenvolvidos presencialmente. Diante disso, desenvolveram-se diversas estratégias para dar continuidade pedagógica, dentre elas se destacam o uso de plataformas digitais para aulas e reuniões como Google Meet, Zoom Meetings, Teams e entre outros.

Contudo, o isolamento social evidenciou diversas desigualdades sociais e econômicas, e uma delas em relação ao acesso à conectividade e o uso de dispositivos tecnológicos. Sendo assim, fez-se necessário a reorganização do calendário pedagógico e das atividades não presenciais considerando “as fragilidades e desigualdades estruturais da sociedade brasileira que agravam o cenário decorrente da pandemia do país, em particular na educação, se observarmos as diferenças de proficiência, alfabetização e taxa líquida de matrícula relacionados a fatores econômicos e étnico-raciais.” (BRASIL, 2020, p. 5)

Sob este aspecto, é Também, como parte desta desigualdade estrutural, cabe registrar as diferenças existentes em relação às condições de acesso ao mundo digital por parte dos estudantes e de suas famílias. (BRASIL, 2020, p.5)

Nesse momento, pode-se observar então o caráter inclusivo que assumem os livros didáticos e sua importância enquanto recurso pedagógico. Mesmo com as transformações nas práticas de ensino, com o uso de celulares e computadores, o livro didático continua sendo, na maioria das vezes, o único acesso ao conhecimento sistematizado por parte de alguns alunos e professores. Cada escola têm suas carências, necessidades e expectativas enquanto à

tecnologia, mas o uso de uma tecnologia já existente, como o livro didático, pode servir para minorar parte dessas carências e necessidades. (ARTUSO; SILVA; SUERO, 2020, p. 180).

Segundo Lajolo (1996), o livro didático é um trabalho escrito, editado, vendido e comprado e utilizado em aulas e cursos.

[...] O livro didático é instrumento específico e importantíssimo de ensino e de aprendizagem formal. Muito embora não seja o único material de que professores e alunos vão valer-se no processo de ensino e aprendizagem, ele pode ser decisivo para a qualidade de aprendizado resultante das atividades escolares. [...] Assim, para ser considerado didático, um livro precisa ser usado, de forma sistemática, no ensino aprendizagem de um determinado objeto do conhecimento humano, geralmente já consolidado como disciplina escolar. (LAJOLO, 1996, p.4).

Os livros didáticos são considerados elementos básicos nas salas de aulas, e na maioria das vezes, contudo, na maioria das vezes, pode-se notar que grande parte das atividades e dos planejamentos de aulas são dirigidas pelos professores de acordo com os conteúdos presentes nos livros didáticos do professor. Para Azevedo (2004) essa é uma das práticas mais recorrentes dentro da sala de aula onde “o professor se utilizar do livro didático como se ele suprisse toda a necessidade que o processo de ensino aprendizagem requer”. (p. 12)

Porém, o que poderia ser apenas um apoio para o educador no auxílio do educando a construir conhecimentos, na maioria das vezes é visto como limitador do trabalho do professor dentro da sala de aula. “O livro didático é apenas uma sugestão, e não uma receita (Fleury, 1996)”. Diante disso, Azevedo (2004) destaca que “o risco que se ocorre com essa situação é o professor compreender a obra didática como um manual de instrução no qual não se pode discordar, muito menos tecer certas críticas em relação ao conteúdo” (p.6)

Em virtude da importância que lhe é atribuída e do caráter de verdade que lhe é conferido, o livro didático pode ser um veículo de expansão de estereótipos não percebidos pelo professor. O livro didático, de um modo geral, omite ou apresenta de uma imagem simplificada e falsificada o cotidiano, as experiências e o processo histórico-cultural de diversos segmentos sociais (SILVA, 2005, p. 23)

A função do livro didático é contribuir para o processo de ensino aprendizagem como forma de apoio ao professor, facilitando na transmissão de conhecimentos para os alunos. Porém, o livro didático pode se configurar, na maioria das vezes, como algo “perigoso” no desenvolvimento da prática docente. Por isso, vale ressaltar a importância do trabalho do professor enquanto agente mediador do processo de ensino-aprendizagem. Para Araújo (2012)

é importante que o professor saiba lidar com o livro didático, passando a ser o condutor ou controlador e o utilizando como recurso pedagógico de forma crítica. (p. 48)

“O livro de Sociologia tem sido comumente enumerado pelos professores de sociologia como um material de apoio, aparecendo nas pesquisas que se dedicam a compreender as práticas pedagógicas ou os sentidos de sociologia atribuídos pelos docentes e discentes” (ENGENRROFF, 2017, p.65).

Percurso histórico do livro didático

O livro didático talvez seja uma das modalidades mais antigas de expressão escrita, já que é uma das condições para o funcionamento da escola (Lajolo; Zilberman, 1999, p. 120). A história do livro didático tem origem bem antes da invenção da impressão, no século XV. Os próprios universitários produziam seus cadernos de anotações, de forma que pudessem organizar a transmissão oral que era feita pelo seu mestre durante as aulas. Ocasionalmente, esses materiais foram usados para serem lidas de forma individual, e em alguns casos, se tornaram obras autônomas.

No Brasil, o uso do livro didático perpassou por uma longa e conturbada caminhada em diferentes períodos da nossa história. O uso do livro didático no Brasil é permanente, onde se têm registros de seu uso desde 1820, durante o período imperial. Acontece que, durante esse período, e por um bom tempo na nossa história, os livros didáticos eram importados de outros países, onde não contavam com medidas diretas de avaliação e tinha seu uso restrito apenas à elite brasileira. Nesse tempo, os livros didáticos colocavam a Europa como referência cultural.

Segundo Zacheu e Castro (2003), a crise de 1929 havia causado elevação no preço das importações de livros, forçando a produção de obras didáticas nacionais. Diante disso, a partir de 1930 vai existir um grande incentivo na produção nacional por parte do governo, tomando assim, uma proposta didática nacionalista que se preocupava em fortalecer a idéia de país forte e unido. Em 1938 é criada a Comissão Nacional do Livro Didático, atuando de forma limitadora e reguladora, essa comissão tinha o papel de fazer uma análise dos materiais didáticos que eram submetidos pelas editoras, onde limitavam as opções, uma vez que todos deveriam seguir as orientações e diretrizes do governo e sendo proibida qualquer crítica ao regime político do país.

O Estado só vai assumir oficialmente uma medida direta de avaliação do livro didático no final do regime militar, juntamente com a expansão escolar da época e a criação do PNLD. Esse Plano Nacional do Livro Didático visava um sistema de avaliação prévia do livro didático e sua ampla distribuição para todos os alunos da rede pública, que até então era distribuído de forma desorganizada. Juntamente com esse plano, foi formado um grupo de especialistas de diversas áreas que constatarem diversos problemas pedagógicos nos livros usados anteriormente, como erros ortográficos e conceitos ultrapassados.

O PNLD é um programa do Governo Federal que como objetivo conduzir o processo de produção, avaliação e distribuição dos livros didáticos que servirão de suporte ao processo de ensino aprendizagem dos alunos das escolas públicas da educação básica. De acordo com o programa, os livros didáticos são distribuídos de forma que cada aluno tenha direito a um volume das disciplinas que serão ministradas durante o ano letivo. Os professores também estão inclusos no programa, onde recebem os exemplares chamados “livro do professor”.

A distribuição de livros didáticos era muito restrita, atendendo apenas o Ensino Fundamental, somente em 2005 que o Ensino Médio foi incluído no processo de distribuição com a criação do Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio, se efetivando em escala nacional apenas em 2009. A partir desse momento, progressivamente foram sendo incluídas no programa as distintas disciplinas componentes do currículo escolar e o programa foi se delineando no sentido de incorporar os professores no processo de escolha dos livros didáticos¹¹.

A Sociologia só vai ser introduzida ao PNLD em 2012, anos depois da reintrodução da disciplina ao ensino médio, feita em 2008. Esse espaço de tempo é interessante para se pensar o processo de compra dos livros didáticos, onde o Estado cria um redirecionamento de esforços por partes das editoras para se ter diversas possibilidades de escolha. Observa-se um crescente interesse e ampliação do mercado editorial para essa área, onde, o primeiro edital contou 14 livros inscritos e dois livros aprovados, já o segundo edital, em 2015, contou com 13 livros inscritos e seis livros aprovados.

O PNLD de 2015 contou com um número significativo de livros de Sociologia inscritos e aprovados em comparação ao primeiro edital. Pode-se observar o impacto do programa do livro didático nesse mercado, onde o aumento de livros aprovados pode ser

¹¹ MIRANDA; LUCA, 2004, p. 126

entendido como um esforço por parte das editoras no processo de produção dos livros didáticos da área que respondam aos editais do PNLD.

Os editais do PNLD são produzidos pelo Ministério da Educação, junto a Secretaria de Educação Básica e o Fundo Nacional de Educação Básica. Nesses editais são dadas as instruções gerais sobre a produção dos livros didáticos impressos e digitais, desde a parte gráfica, os conteúdos, a formatação, capa e quantidade de páginas.

Livro didático e o novo ensino médio: continuidades e mudanças

O novo ensino médio é uma reforma na grade curricular, aprovada no Governo Michel Temer, pela Lei nº 13.415/2017 que alterou as Diretrizes de Base da Educação Nacional e instituiu mudanças na estrutura e no currículo na educação básica.

O projeto ampliou o tempo mínimo do estudante na escola e adotou uma Base Nacional Comum Curricular, que determina um currículo comum obrigatório para todos os estudantes da educação básica e instituiu a implementação da escola em tempo integral¹². As principais mudanças do novo ensino médio são o aumento de carga horária, que passou de 800 para 1000 horas anuais, a flexibilização do currículo para uma Base Nacional Comum Curricular organizada por quatro áreas de conhecimento: Matemática e suas tecnologias, Linguagens e suas tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Ciências da Natureza e suas tecnologias.

As únicas disciplinas obrigatórias no ensino médio são português, matemática e inglês, podendo as demais ser reduzidas à superficialidade dos “conhecimentos de” compilados por área. Os cortes no currículo são justificados com o discurso de que o ensino médio tem disciplinas demais e que essa é a razão para os jovens não se identificarem. (CARVALHO, 2021)

Até 2021, o PNLD distribuiu um livro didático em volume único para cada disciplina do ensino médio, com os cortes no currículo, a partir de 2022 a distribuição é de um livro por área de conhecimento, composto com seis volumes únicos.

Essas mudanças no novo ensino médio são aspectos importantes para se pensar no PNLD e o futuro do livro didático no ensino médio. O primeiro aspecto se diz a respeito à

¹² BRASIL, 2017

difusão do PNLD ao Programa Nacional da Biblioteca da Escola, assim, nomeando-o como Programa Nacional do Livro e do Material Didático e o responsabilizando pela avaliação e disponibilização dos livros literários, dicionários, softwares de ensino e programas educativos.

Outro aspecto importante é a aquisição, no Art. 1º do Decreto nº 9099/2017, da aquisição de materiais didáticos de “instituições comunitárias, confessionais, ou filantrópicas sem fins lucrativos” (BRASIL, 2017, p. 1). Para Caimi (2018) esse item vai corresponder a uma associação estreita do Estado com grandes empresas privadas, onde o Estado tem a permissão para adquirir e distribuir sistemas apostilados de ensino, que se desviam do pressuposto do ensino público de desenvolver a cidadania, com conteúdos condensados e pautados nas exigências de empresas privadas e de grandes vestibulares.

Caimi (2018) chama atenção para o caráter “econômico” do livro didático na ampliação de da carga horária estendida de três anos para anos, que o que parece ser uma economia em relação à compra de livro didático, com o aumento de vigência do mesmo, pode causar uma defasagem no processo de aprendizagem por conta da desatualização dos conteúdos presentes nos materiais didáticos e assim aumentando a desigualdade ao acesso ao conhecimento científico entre estudantes das escolas públicas e privadas.

Carvalho (2021) reflete essa mudança de forma negativa, logo

A produção de livros didáticos por área de conhecimento incentiva justamente essa adoção do professor generalista com regra. E se antes o docente formado em outra área acabava tendo que ensinar conceitos, temas e teorias das disciplinas que assumisse, ainda que limitando-se a seguir o livro didático, agora a tendência é a redução do ensino de toda a área de conhecimento à sua disciplina de formação, dado que o livro “liberto das fronteiras disciplinares” possibilitará isso. (CARVALHO, 2021).

A institucionalização da Sociologia na da educação básica teve um caráter intermitente, marcado por sua presença nos currículos, logo depois sua retirada, e anos depois sua volta aos currículos de forma obrigatória. Durante o período das primeiras discussões acerca do novo ensino médio, a disciplina de Sociologia ainda estava tentando se consolidar no ensino médio, e agora, mais uma vez, a disciplina perde seu espaço nos currículos escolares.

O ir-e-vir da Sociologia do Ensino médio impediu que se desenvolvesse uma tradição de ensino desta ciência nas escolas. Ficaram prejudicados as pesquisas nesta área, o desenvolvimento de metodologias adequadas, de textos didáticos sérios, de recursos didáticos. A formação do professor desta área ficou empobrecida, diante da

falta de perspectiva de atuação e da pouca atenção e investimento que os cursos de graduação em Ciências Sociais depositavam nas licenciaturas (CORREA, 2004, p. 238).

Tanto os professores de Sociologia, como os das demais áreas de conhecimento, tiveram que reajustar suas aulas para o novo formato. Alguns professores estão estabelecendo acordos com outros colegas de trabalho para organizar suas aulas e evitar repetições na sala de aula. “A Sociologia, que ao longo das últimas décadas enfrentou problemas com a insuficiência de profissionais especializados, poderá ter um agravamento desse quadro como um dos impactos da reforma, haja vista o desestímulo da formação decorrente da falta de oportunidades para os sociólogos licenciados (FERREIRA e SANTANA, 2018, p. 51).”

Com o novo ensino médio, o livro didático é dividido por área de conhecimento. A Sociologia está compondo a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (dividindo espaço com outras disciplinas como História, Geografia e Filosofia), tendo somente um único livro pertencente para essa área.

Esse formato de aula e de livro didático pode ser compreendido como uma ameaça a formação crítica. Logo, a Sociologia do ensino médio propõe discussões únicas da esfera política, social e cultural, que se difere de outras áreas de conhecimento. Ferreira e Santana (2018) ao refletirem sobre o lugar da Sociologia na educação básica

É possível afirmar que suas aulas proporcionam ao estudante o contato com ferramentas de potencial análise do mundo de forma crítica e abrangente. A “desnaturalização” e o “estranhamento”, métodos de observação desta ciência social, permitem aos jovens a interpretação do cotidiano com a consciência de que os fenômenos políticos, econômicos e culturais são frutos de um amplo processo histórico e social. (FERREIRA e SANTANA, 2018, p. 50)

O uso do livro didático em sala de aula precisa ir além de conteúdos sistematizados e contextualizados, é necessário, que o professor seja visto como “um sujeito que apresente em sua bagagem teórico-metodológica, um olhar crítico e reflexivo e que estimule o desenvolvimento de seus alunos para a atuação responsável na sociedade” (SILVEIRA et al., 2020, p.44).

O professor torna-se chave importante no processo de transmissão dos conhecimentos do livro didático. Entretanto, mesmo que o uso do livro didático pelo professor em sala de aula possa contribuir no processo formativo crítico e exercício da cidadania, é importante afirmar que “o papel da promoção da cidadania não pode ser visto apenas como responsabilidade de

um ou outro professor, mas sim toda uma comunidade escolar”¹³. Logo o papel da educação na formação cidadã vai englobar a sociedade, gestores educacionais, o Estado e os sistemas de ensino

¹³ MAESTRELLI; LORENZETTI, 2021, p. 53.

3 -ANALISE DO CONTEÚDO DE CIDADANIA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE SOCIOLOGIA DO ENSINO MÉDIO

No presente capítulo propomos uma análise da abordagem da cidadania em dois livros didáticos de Sociologia aprovados pela PNLD de 2018, “Sociologia para jovens do século XXI” e “Sociologia em movimento”. A escolha desses dois livros didáticos se deu por terem sido livros utilizados por mim na regência das disciplinas de Estágio Supervisionado 1 e Estágio Supervisionado 2 e possuem capítulos que se propõe a discutir a cidadania que nos servem para estabelecer uma análise comparativa desses dois capítulos específicos sobre o tema. Os livros que compõe esta análise estão descritos detalhadamente no quadro 1.

Quadro 1 - Livros Didáticos de Sociologia Selecionados para a análise

Título do Livro	Autor(a)(es)	Ano de publicação	Edição	PNLD
Sociologia para jovens do século XXI.	Luiz Fernandes de Oliveira; Ricardo Cesar Rocha da Costa.	2016	4º edição	PNLD 2018
Sociologia em movimento	Afrânio Silva; Bruno Loureiro; Cassia Miranda; Fátima Ferreira; Lier Pires Ferreira; Marcela M. Serrano; Marcelo Araújo; Marcelo Costa; Martha Nogueira; Otair Fernandes de Oliveira; Paula Menezes; Raphael M. C. Corrêa; Rodrigo Pain; Rogério Lima; Tatiana Bukowitz; Tiago Esteves; Vinicius Mayo Pires.	2016	2º edição	PNLD 2018

Fonte: autoria própria (2022).

No livro “Sociologia para jovens do século XXI”, analisamos o capítulo 13 “É de papel ou é pra valer? Cidadania e direitos no mundo e no Brasil contemporâneo”, da unidade 2 intitulada “Trabalho, Política e Sociedade”. Segundo o manual do professor:

[...] além da conceituação e da contextualização histórica dos temas citados no título, desenvolvemos um debate sobre o longo e acidentado caminho percorrido pela cidadania em nosso país, até os dias atuais. Entre os autores citados, apresentamos conceitos formulados por T.H. Marshall e pelo cientista político brasileiro Wanderley Guilherme dos Santos. (PNLD, 2018, p. 413).

Este capítulo apresenta cidadania de forma evidente e com subtemas como direitos, socialismo, capitalismo, desigualdades sociais, contexto histórico e entre outros que serão analisados posteriormente neste capítulo. Do livro “Sociologia em movimento”, será analisado o capítulo 7 “Democracia, cidadania e direitos humanos” da unidade 3 “Relações de poder e movimentos sociais: a luta pelos direitos na sociedade contemporânea”, que

Compreende três capítulos e está fundamentada na área de Ciência Política. Desenvolve conceitos básicos de poder, política, Estado e governo de modo a relacioná-los com temas contemporâneos que versam sobre a democracia, a cidadania e os direitos humanos. [...] Em toda a unidade há referências e problematizações diversas sobre as características e particularidades da sociedade brasileira (PNLD, 2018, p. 34).

Este capítulo não trabalha com a cidadania de forma específica, e sim como um subtema, juntamente com outros, como democracia, teoria democrática, direitos humanos e cidadania no Brasil.

Não irei aqui fazer uma resenha crítica desses livros e ou apresentar qual é o melhor dos dois, mas, uma análise da abordagem da cidadania proposta em seus respectivos capítulos. Sendo assim, estabelecemos alguns pontos relevantes a serem analisados nos dois livros didáticos, como: o conceito de cidadania, contextualização histórica, imagens, exercícios propostos, textos, autores usados e nível de envolvimento. Dividiremos nossa análise em dois subtítulos: 3.1 Visão geral dos livros didáticos “Sociologia para jovens do século XXI” e “Sociologia em movimento” – no qual faço uma análise dos aspectos gerais como apresentação do livro, estrutura do livro, conteúdos verbais e visuais, propostas de atividades interdisciplinares e de pesquisa. 3.2 Análise da cidadania nos dos livros didáticos de Sociologia – onde faremos uma análise teórica da cidadania nos livros didáticos “Sociologia para jovens do século XXI” e “Sociologia em movimento”

Visão geral dos livros didáticos “Sociologia para jovens do século XXI” e “Sociologia em movimento”

Sociologia para jovens do século XXI

O livro de Oliveira e Fernandes é conta com 400 páginas estruturadas em três unidades, com 28 capítulos, a serem desenvolvidos pelos três anos do ensino médio. O material busca “abrir um diálogo com um grande público – os jovens brasileiros do século XXI”¹⁴ das temáticas propostas ao longo das suas páginas. Percebe-se que desde o seu título e apresentação o livro repetidamente se direciona a um só público alvo: os jovens. O que torna isso uma questão a ser discutida em quanto aos seus direcionamentos. O PNLD não atende somente jovens do ensino médio, mas também professores e alunos mais velhos, como no caso dos alunos de programas de educação continuada.

O livro é composto por seções que articulam com os temas de cada capítulo “para que o professor tenha referências” (PNLD, 2018, p. 415). Essas seções são *Interdisciplinaridade*, que tem como objetivo apresentar contribuições de outras áreas de conhecimento científico; *Interatividade*, composta por outras subseções como *Dialogando com a turma* e *Verificando seu conhecimento* que tem como finalidade dialogar e verificar tópicos que foram discutidos durante todo o capítulo e sugerir filmes, músicas e livros que abordam o tema. O livro também conta a subseção *Aprendendo com os jogos* que são indicações de jogos, apresentada pelos autores como uma “inovação da edição”, que possam contribuir para a reflexão do tema (COSTA; FERNANDES, 2016, p. 2).

Em quanto à análise visual, percebe-se que o livro apresenta uma abordagem muito intensa, com um texto que combina linha histórica com pouca teoria e trabalhos atuais, o que muitas vezes é pouco sedutor em uma disciplina com tão pouco tempo de aula. Outro ponto é que o livro se baseia muito em teóricos fundadores da Sociologia e possibilita pouco espaço para sociólogos atuais. Porém, apresentam um rico acervo de fotografias, figuras, charges e propostas pedagógicas que podem desencadear boas discussões críticas e interativas, auxiliando na aula do professor de Sociologia.

Sociologia em movimento

O livro tem 399 páginas divididas em seis unidades, com 15 capítulos no total, com o objetivo de serem trabalhadas por todas as séries do ensino médio. Assim como no livro “Sociologia para jovens do século XXI”, o livro apresenta uma variedade de seções e

¹⁴ OLIVEIRA, FERNANDES, 2016, p. 2.

subseções que vão compor uma exposição dos conteúdos. Porém, diferente do livro de Oliveira e Costa, *Sociologia em movimento* tem uma apresentação mais sortida dos autores e da estrutura do livro. Na apresentação os autores destacam que “uma característica importante deste livro é ter sido escrito por mãos calejadas pela prática docente”, o que pode ser entendido como uma tentativa de aproximação dos autores com os professores e alunos.

Ainda nas páginas iniciais, o livro se dedica em apresentar a estrutura do livro, com 5 páginas apresentando a organização do livro, como a Abertura de unidade, Abertura de capítulo, Saiba mais, Considerações sociológicas, Cronologia, Glossário e entre outros. De acordo com Bittencourt (2019), historicamente, o processo de escolha do livro didático tem muita interferência por parte das editoras e dos editores, excluindo os principais consumidores do livro didático: professor e aluno. Essas primeiras páginas podem ser compreendidas de duas maneiras: familiarizar o professor com a estrutura do livro didático ou como uma alternativa para que o professor apresente a estrutura do livro antes de iniciar a disciplina.

Mesmo que os dois livros apresentem algumas semelhanças em relação em sua estrutura metodológica, o livro “*Sociologia em movimento*” apresenta um modo de abordagem diferente. Como analisado anteriormente, o livro “*Sociologia para jovens do século XXI*” apresenta os conteúdos de uma forma direta, já o segundo livro analisado insiste em uma abordagem mais detalhada e dividida em suas seções e subseções.

Todos os capítulos contam com uma seção chamada de Primeiras palavras onde os autores fazem uma apresentação inicial da temática do capítulo e com uma cronologia com datas e fatos históricos pertinentes ao capítulo por meio de uma linha do tempo, diferente da contextualização histórica no corpo do texto, do livro “*Sociologia para jovens do século XXI*”.

Um ponto importante na análise desse livro, é que os autores abordam os teóricos clássicos da Sociologia, mas se caracteriza de uma ampla diversidade de conceitos e de teóricos, o que abre espaço para uma pluralidade de questões.

Análise da cidadania nos livros didáticos

A cidadania no livro *Sociologia para jovens do século XXI*

O livro dedica de Luiz Fernandes de Oliveira e Ricardo Costa dedica um capítulo inteiro para fazer uma abordagem da cidadania. O capítulo “É de papel ou é pra valer?

Cidadania e direitos no mundo e no Brasil contemporâneo” trabalha a cidadania a partir de uma abordagem histórica e por outras questões como desigualdades sociais, capitalismo, socialismo, direitos civis, direitos políticos, direitos sociais e a cidadania no Brasil.

De início, os autores apresentam uma definição de cidadania a partir de uma consulta em dicionários. Segundo essa definição, cidadania é qualidade de cidadão e que por sua vez é aquele que está nos gozos dos seus direitos civis e políticos. O capítulo destaca que para que o leitor possa entender as definições dadas pelos dicionários, é preciso perceber como essas idéias foram sendo construídas ao longo dos anos e como elas são atualmente.

O capítulo inicia com uma imagem (figura 1) de pessoas catando lixo e com a legenda “Milhares de brasileiros catam diariamente nos lixões o seu sustento. Serão eles cidadãos?”, puxando reflexões acerca das desigualdades sociais, que serão discutidas ao decorrer do capítulo.

Figura 1 - Imagem retirada da página 180 do livro “Sociologia para jovens do século XXI”

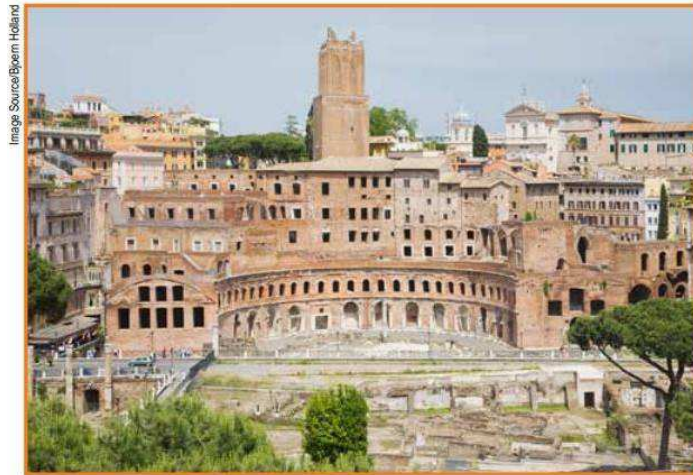


O capítulo prossegue a exposição do capítulo com a subseção “Uma breve história da cidadania”. Os autores vão trabalhar a contextualização histórica da cidadania a partir da Grécia Antiga e logo em seguida a Roma Antiga, apresentando conceitos como cidadania plena e cidadania restrita, elementos característicos dessas sociedades.

Em outra imagem de destaque, colocado na figura 2, e com a legenda “Ser cidadão na Roma Antiga era uma situação muito diferente comparada com a condição do cidadão no Brasil atual?” os autores fazem novamente o uso da fotografia como forma provocativa para a

“reflexão e compreensão do mundo social e da inserção dos indivíduos neste (SILVA, 2017, p. 41)”.

Figura 2 - Imagem retirada da página 181 do livro “Sociologia para jovens do século XXI”



Ser cidadão na Roma Antiga era uma situação muito diferente comparada com a condição do cidadão no Brasil atual? Na foto, as ruínas do Fórum Romano, que era um dos centros políticos da cidade.

Dando continuidade ao capítulo, os autores estacionam sua “máquina do tempo”¹⁵ na França, em 1779, na Revolução Francesa e a Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, que é segundo os autores um marco para a história da cidadania. Logo em seguida, os autores vão apresentar críticas enquanto o caráter burguês da Revolução.

O livro também apresenta outras revoluções, como as revoluções inglesas e americanas, e trata a luta pelos direitos e as revoluções como os “alicerces da cidadania das sociedades contemporâneas (OLIVEIRA; FERNANDES, 2016, p. 182)”.

O conceito de capitalismo, que é abordado no início da unidade 2, é apresentado novamente como o grande obstáculo para uma igualdade de fato. Essa abordagem abre espaço para as discussões da seção *Direitos civis, políticos e sociais*, que vai entender a história da sociedade capitalista como uma história marcada pela ampliação dos direitos dos homens. T. H. Marshall é lembrado como um pensador da ampliação progressiva da cidadania a partir da constituição de direitos civis, políticos e sociais. Os autores apresentam uma nova classificação dos direitos, a teoria das gerações dos direitos fundamentais, com a justificativa que alguns teóricos entendem que a classificação elaborada por Marshall “não atenderia mais às necessidades dos cidadãos em relação às suas demandas por direitos (OLIVEIRA; FERNANDES, 2016, p. 184)”

¹⁵OLIVEIRA, FERNANDES, 2016, p. 182

Mais adiante, o livro cita Karl Marx e Friedrich Engel, para reafirmar que o capitalismo é estruturalmente um sistema baseado na injustiça, desigualdade social e na exclusão de direitos. Até mesmo fazendo uma breve estudo da cidadania e socialismo, Oliveira e Fernandes (2016) afirmam:

“A experiência socialista, levada a cabo no século XX, a partir da Revolução Russa de 1917, não deu certo. Mas o socialismo será, sempre, apenas uma utopia, um desejo inacessível?! Uma coisa fica evidente: a História mostrou que o capitalismo, de fato, nunca terá como garantir direitos plenos de cidadania (p.185).”

Esse trecho demonstra que o livro aborda o capitalismo como um sistema baseado na desigualdade social, exclusão, exploração e um desmonte da cidadania e dos direitos. Essa é uma característica marcante do livro didático, que mesmo que seja uma mercadoria do sistema capitalista, o livro didático propõe ao educando possibilidades construir uma postura mais reflexiva do contexto em que ele está inserido.

Por fim, o capítulo se dedica a apresentar a cidadania sob a perspectiva no Brasil. Oliveira e Fernandes (2016) apresentam o percurso histórico da cidadania no Brasil como “uma corrida de obstáculos”. Os autores destacam momentos da história, como: a escravidão, Canudos, Revolta da Vacina, greves operárias, ditadura militar para demonstrar que a cidadania no Brasil cumpriu um longo caminho até a implementação dos direitos sociais, direitos civis e direitos políticos.

Durante as seções que tratam sobre a cidadania do nosso país, os autores mesclam o texto com fotografias de assembleias, passeatas e manifestações. O livro de Oliveira e Fernandes não apresenta discussões atuais acerca da cidadania e se ausenta o capítulo de muitas abordagens teóricas, e dá um foco maior na contextualização histórica e nas fotografias durante o capítulo. Segundo Silva (2017) o uso de fotografias “pode contribuir no processo de ensino-aprendizagem e favorecer a inclusão dos(as) alunos(as), na medida em que a docência passe a utilizar de recursos e didáticas-pedagógicas com as quais eles(as) se identifique(p.41)”.

Neste caso, percebe-se que o livro “Sociologia para jovens do século XXI” compreende cidadania como um conjunto de direitos civis, sociais, políticos construídos ao longo da história. O capítulo faz uma abordagem da cidadania a partir de uma perspectiva histórica fornecendo durante o capítulo elementos do passado para uma compreensão da

cidadania. De acordo Bossi (2019) essa contextualização histórica “nos leva a compreender de forma tão abrangente os avanços e recuos sociais” (p. 6).

A cidadania no livro Sociologia em movimento

Diferente do livro “Sociologia para jovens do século XXI”, de Oliveira e Fernandes, este livro não dedica um capítulo exclusivo para tratar sobre a cidadania, mas como uma seção. O capítulo “Democracia, cidadania e direitos humanos” se divide em seções como “Primeiras palavras”, “Democracia”, “Teoria democrática moderna”, “Teoria democrática contemporânea”, “Cidadania e direitos humanos”, “Democracia, cidadania e direitos humanos no Brasil” e por subseções “Cidadania formal e cidadania real no Brasil. Pra quem são os direitos em nosso país?”, “Programa Nacional de Direitos Humanos” e “Atvidades”.

O capítulo 07 apresenta como objetivos “identificar a relação entre democracia, cidadania e direitos humanos nas sociedades contemporâneas; analisar de que maneira as mudanças na concepção de cidadania são fundamentais para a luta institucionalização dos direitos humanos e compreender que os direitos de cidadania são conquistas historicamente construídas e que a participação política é indispensável para a ampliação desses direitos (Silva et al, 2016, p. 170)”.

Ainda na apresentação do capítulo, os autores fazem uso de três imagens ampliadas (figura 3) de manifestações do ano de 2013, em estados diferentes. No final da página é feita a questão “Considerando a expansão da cidadania e respeito aos direitos humanos, podemos afirmar que o Brasil é uma sociedade democrática?”, como um ponto de partida para as discussões dos temas e conceitos do capítulo.

Figura 3 - Imagem retirada da página 170 do livro “Sociologia em movimento”



Nos primeiros parágrafos da seção Primeiras palavras, é feita uma menção as manifestações de junho de 2013, que os autores entendem como “o momento de manifestar indignação diante da negligência do Estado na gestão de interesses públicos (p. 172).” Ainda na mesma seção é apresentado uma linha do tempo, que diferente do livro de Oliveira e Fernandes, apresenta a contextualização histórica por meio de uma cronologia.

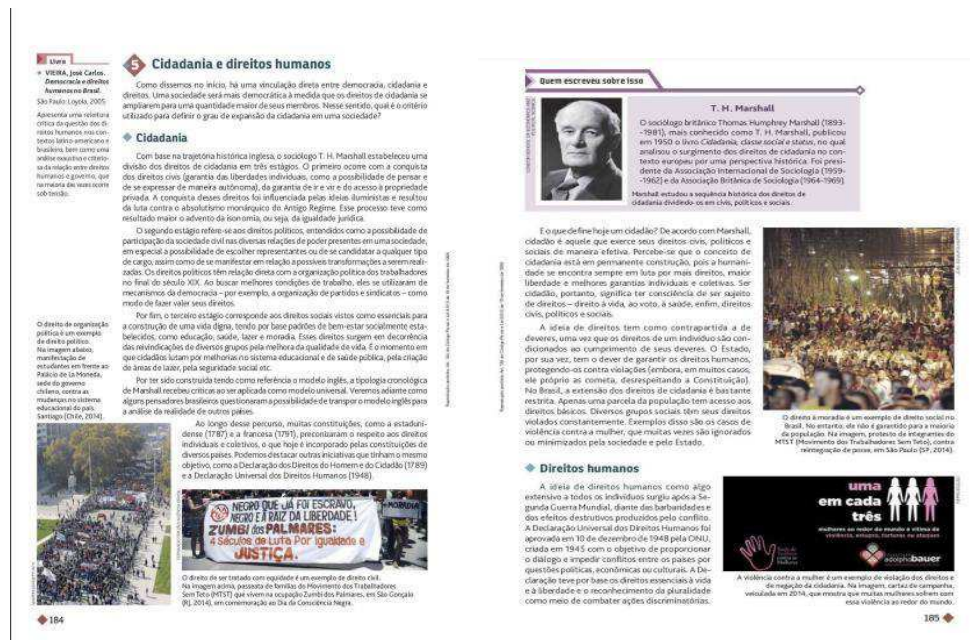
Como dito anteriormente, o tema cidadania não aparece com um lugar de destaque do capítulo. Aparece como uma seção, juntamente com outros conceitos como democracia e direitos humanos. Deste modo, iremos analisar duas seções dedicadas à cidadania, “Cidadania e direitos humanos” e “Democracia, cidadania e direitos humanos no Brasil”. Porém, é preciso entender a compreensão teórica dos autores acerca da democracia e direitos humanos para uma melhor exploração da nossa análise. Logo, os autores entendem a cidadania a partir de uma correlação com a democracia e direitos humanos.

Silva et al (2016) compreendem democracia por “um regime político que pressupõe a existência de um governo direto ou indireto da população mediante as eleições regulares para os cargos administrativos do país, do estado ou do município (p. 173)”. Os autores apresentam o conceito de três tipos de democracia ou “expressões históricas da democracia (p.74)”: democracia direta, democracia representativa e democracia participativa. O capítulo apresenta uma abordagem da democracia na perspectiva de Montesquieu, Karl Marx, Engels, Tocqueville, Stuart Mill e entre outros teóricos.

De acordo com Silva et al (2016) “há uma veiculação direta entre democracia, cidadania e direitos. Uma sociedade será mais democrática à medida que os direitos de cidadania se ampliem para uma quantidade maior de seus membros (p. 184)”.

Assim como o livro “Sociologia para jovens do século XXI”, os autores apresentam a abordagem teórica de T.H. Marshall sobre cidadania com base na trajetória inglesa. Ao mesmo tempo que apresenta o conceito de cidadania, o texto divide as páginas com imagem de manifestações, passeatas, protestos e uma campanha da violência contra a mulher, como mostrado na figura 4.

Figura 4 Imagem retirada da página 174 do livro “Sociologia em movimento”



Seguindo a definição de Marshall, os autores definem cidadão como “aquele que exerce seus direitos civis, políticos e sociais de maneira efetiva [...] ser cidadão, portanto, significa ter consciência de ser sujeitos de direitos – direito à vida, à saúde, enfim, direitos civis, políticos e sociais (SILVA et al, 2016, p. 185)”.

Na seção 6, “Democracia, cidadania e direitos humanos no Brasil”, o capítulo apresenta a cidadania seguindo a lógica brasileira, sendo assim, para fazer essa abordagem os autores trazem estudos de José Murilo de Carvalho e Wanderley Guilherme dos Santos, dois cientistas políticos brasileiros e de Maria Victoria Benevides, socióloga, também brasileira. Os três são abordados de forma que mostrem a construção da cidadania não seguiu a ordem

cronológica inglesa de Marshall. Diferente da obra de Oliveira e Fernandes, “Sociologia em movimento” não faz uma abordagem histórica da cidadania no Brasil, mas citam alguns momentos, como a ditadura militar.

Nas suas considerações sociológicas, os autores apresentam o texto “Cidadania formal e cidadania real no Brasil. Para quem são os direitos em nosso país?” que trás uma série de fatos ocorridos nas últimas décadas, como massacre do Carandiru, o massacre de Vigário Geral, as mortes dos trabalhadores sem-terra em Carajás e o massacre da Calendária. Os autores citam uma semelhança em todos os casos, em que “os mortos eram cidadãos pobres, marginalizados e representantes de grupos sociais que constantemente têm seus direitos violados (SILVA et al, 2016, p.190).” Esse é o único momento em que o livro abre espaço para uma abordagem reflexiva por parte dos alunos. Onde, até mesmo nas atividades propostas, as questões seguem uma linha de raciocínio sistematizada em tipologias e questões do Enem de 2013.

Percebe-se que os autores de “Sociologia em movimento” fazem uma abordagem teórica de cidadania a partir de uma conceitualizações e tipologias. Nesse sentido, o capítulo apresenta uma série de conceitos, que podem corresponder questões de vestibulares e ou ajudar em citações de redação. Percebe-se que neste caso, a provocação e reflexão deverão ser feitas a partir do professor de Sociologia. Cury (2008) entende que o objetivo do professor é ensinar aos alunos a serem pensadores e não repetidores de informações.

Dos dois livros analisados, percebe-se que apenas o livro “Sociologia para jovens do século XXI” apresenta um capítulo inteiro para fazer uma abordagem de cidadania. De forma geral, os respectivos capítulos sobre cidadania são inseridos em unidades dedicadas ao estudo das relações de poder, direitos humanos, movimentos sociais e Estado. Nota-se que ambos utilizam T.H Marshall e seus estudos sobre direitos políticos, civis e sociais. O que diferencia é a abordagem de cada um, onde o livro “Sociologia para jovens do século XXI” faz uma abordagem da cidadania por meio de uma contextualização histórica, optando pela construção histórica da cidadania e o livro “Sociologia em movimento” aborda cidadania de maneira mais direta, apresentando conceitos definidos.

Percebe-se que ambos influenciarão de maneiras distintas na prática pedagógica, que implicam na forma que o tema cidadania é abordado pelos livros didáticos de Sociologia do ensino médio e como o tema cidadania é trabalhado em sala de aula: a partir de uma

contextualização histórico-reflexiva (Sociologia para jovens do século XXI) e ou por meio de abordagem mais pragmática/conceituada (Sociologia em movimento).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho procuramos analisar como é abordada a cidadania em livros didáticos de Sociologia para o ensino médio, partindo do sentido de entender de que sentido esse material didático corresponde à finalidade de formação cidadã dada à disciplina pelos currículos nacionais da educação básica. Para esta análise, selecionamos dois livros didáticos aprovados e distribuídos em 2018 pelo PNLD.

Para verificarmos tal análise, inicialmente, procuramos entender o que é cidadania e qual é sua relação com a educação e, em específico, com a sociologia.

Segundo Pinsky (2007) o conceito pode ser compreendido acerca de uma perspectiva histórica, sendo assim, o seu sentido varia conforme o tempo e espaço. Assim, o conceito de cidadania pode ser entendido como um processo histórico em constante transformações.

O conceito de contemporâneo de cidadania se estendeu em direção a uma perspectiva na qual cidadão não é apenas aquele que vota, mas aquela pessoa que tem meios para exercer o voto de forma consciente e participativa.

Para Bonavides e Miranda (2007) a cidadania é a condição de acesso aos direitos sociais, econômicos e políticos que permite que o cidadão possa desenvolver todas as suas potencialidades, incluindo a de participar de forma ativa e organizada e consciente, da construção da vida coletiva no Estado democrático. (p.7)

A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá a possibilidade do indivíduo participar ativamente da vida social e das tomadas de decisões políticas em sociedade. Em vista disso, ser cidadão significa ter consciência de que é um sujeito de direitos, como direitos à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade.

A cidadania sempre esteve entrelaçada com a educação, uma vez que a educação de crianças e jovens quase sempre foi vista como necessária à formação da cidadania. A educação sempre esteve a serviço de um determinado tipo de cidadania, de certo modo, nunca ficou explícita quanto ao tipo de cidadania que estava propondo. Assim, entender a relação cidadania-educação se faz necessário explicitar e entender de que cidadania está se falando. No Brasil, mesmo nos momentos mais críticos de fechamento político em que o Estado atacava diretamente o exercício da cidadania na sua dimensão mais simples, como os direitos políticos e civis, a legislação educacional não deixou de mencionar a formação do cidadão como principal finalidade do processo educacional.

Para Filho (1998) esse processo pode resultar em conformismo e obediência, mas, dependendo de como o processo educacional se desenrola dentro do espaço escolar, pode também levar ao desenvolvimento intelectual e aumentar a compreensão do educando em relação ao meio natural ou socialmente criado onde vive, e, assim, atuar de um modo não coercitivo, contribuindo para a formação de indivíduo crítico/reflexivo.

De acordo com os PNCs (1999) a sociologia tem finalidade central no ensino médio à construção da cidadania do educando. Os currículos nacionais da educação compreendem o conhecimento sociológico tem como um instrumento para entender à complexidade da realidade social em que se está inserido.

Segundo Santos (2002) se a disciplina de Sociologia for trabalhada de forma eficaz, provavelmente trará contribuições para a formação do cidadão, dando a ele instrumentos para o questionamento a pesquisa e a reflexão crítica sobre a sociedade

“O livro didático é instrumento específico e importantíssimo de ensino e de aprendizagem formal. Muito embora não seja o único material de que professores e alunos vão valer-se no processo de ensino e aprendizagem, ele pode ser decisivo para a qualidade de aprendizado resultante das atividades escolares (LAJOLO, 1996, p. 4).”

No Brasil, a distribuição dos livros didáticos para as escolas públicas é feita PNLD. Esse programa tem objetivo conduzir o processo de produção, avaliação e distribuição dos livros didáticos que servirão de suporte ao processo de ensino aprendizagem dos alunos das escolas públicas da educação básica

No presente trabalho propomos uma análise da abordagem da cidadania em dois livros didáticos de Sociologia aprovados pela PNLD de 2018, “Sociologia para jovens do século XXI” e “Sociologia em movimento”. A escolha desses dois livros didáticos se deu por terem sido livros utilizados por mim na regência das disciplinas de Estágio Supervisionado 1 e Estágio Supervisionado 2 e por possuírem capítulos que se propõe a discutir a cidadania

No livro “Sociologia para jovens do século XXI”, analisamos o capítulo 13 “É de papel ou é pra valer? Cidadania e direitos no mundo e no Brasil contemporâneo” que aborda a cidadania a partir de uma perspectiva histórica e por outras questões como desigualdades sociais, capitalismo, socialismo, direitos civis, direitos políticos, direitos sociais e a cidadania no Brasil definição.

De acordo com o livro “Sociologia para jovens do século XXI”, cidadania é qualidade de cidadão e que por sua vez é aquele que está nos gozos dos seus direitos civis e políticos. O capítulo destaca que para que o leitor possa compreender o conceito de cidadania, é preciso perceber como a cidadania foi sendo construídas ao longo dos anos.

O livro de Oliveira e Fernandes não apresenta discussões atuais acerca da cidadania e se ausenta o capítulo de muitas abordagens teóricas, e dá um foco maior na contextualização histórica e em uma abordagem visual, com legendas que provocam reflexão ao leitor. O capítulo faz uma abordagem da cidadania a partir de uma perspectiva histórica fornecendo durante o capítulo elementos do passado para uma compreensão da cidadania.

O capítulo 07 apresenta como objetivos “identificar a relação entre democracia, cidadania e direitos humanos nas sociedades contemporâneas; analisar de que maneira as mudanças na concepção de cidadania são fundamentais para a luta institucionalização dos direitos humanos e compreender que os direitos de cidadania são conquistas historicamente construídas (Silva et al, 2016, p. 170)”.

A temática cidadania não aparece com um lugar de destaque do capítulo, mas como uma seção, juntamente com outros conceitos como democracia e direitos humanos. Deste modo, nossa análise foi feita de duas seções que são dedicadas à cidadania, “Cidadania e direitos humanos” e a seção “Democracia, cidadania e direitos humanos no Brasil”.

Seguindo a definição de Marshall, os autores definem cidadão como aquele que exerce seus direitos civis, políticos e sociais de maneira efetiva. Os autores de “Sociologia em movimento” fazem essa abordagem teórica de cidadania a partir de conceitos e tipologias.

Por fim, em nossa análise percebe-se que ambos utilizam das mesmas fontes para abordar a cidadania em seus respectivos capítulos. O que vai diferenciá-los é a abordagem de cada um, que podem influenciar de maneiras distintas como a temática cidadania é trabalhado em sala de aula pelo professor de Sociologia.

REFERÊNCIAS

AFRANIO, et all. **SOCIOLOGIA EM MOVIMENTO**. 1ª ed. São Paulo: Ed. Moderna, 2013.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

ARTUSO, A. R.; SILVA, K. V. D.; SUERO, R. **Uma discussão do livro didático como tecnologia no campo da ciência, tecnologia e sociedade**. Rev. Tecnol. Soc., v. 16, n. 42, p. 171-89, Curitiba, jul/set. 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/11351>. Acesso em: 15 jun. 2022.

APPLE, M. W. Cultura e comércio do livro didático. In: APPLE, M. W. **Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995, p. 81-105.

BRASIL. Decreto nº 9099, de 18 de julho de 2017. **Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático**. Brasília: Presidência da República, 2017b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil/_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9099.htm. Acesso em: 27 de jun. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **PNLD 2018: Sociologia - guia de livros didáticos - Ensino Médio**, Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017c. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/guia-do-livrodidatico/item/11148-guia-pnld-2018>. Acesso em: 01.05. 2022

AZEVEDO, Ricardo. **Formação de Leitores e razões para a literatura**. In: SOUZA, Renata Junqueira. Caminhos para a formação do leitor. São Paulo: DCL, 2004.

BONAVIDES, Paulo; Miranda Jorge; AGRA, Walber de Moura. **Comentários à Constituição Federal de 1988**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. Educação e pesquisa, São Paulo, p. 549-566, set./dez. 2004.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania**: coleção primeiros passos. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.

CORRÊA, Darcísio. **A construção da cidadania**. Ijuí: Editora da Unijuí, 1999.

DAL RI JÚNIOR, Arno. **Evolução histórico e fundamentos políticos-jurídicos da cidadania**. In: DAL RI JÚNIOR, Arno; OLIVEIRA, Odete Maria (orgs). Cidadania e Nacionalidade: efeitos e perspectivas: nacionais regionais-globais. Ijuí : Ed. Unijuí, 2002.

ENGERROFF, A. M. B. **Mapeando a produção sobre o livro didático de Sociologia: Um estado da arte no campo acadêmico brasileiro**. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Ciências Sociais - Universidade Federal de Santa Catarina, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/182774>. Acesso em: 25 jul. 2022.

LAJOLO, Marisa. **Livro didático: um (quase) manual de usuário**. Revista Em Aberto. Brasília, ano 16, n. 69, p. 2-9, jan./mar. 1996.

LUCKESI, Cipriano. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

PINSKY, Jaime; BASSANEZI, Carla. **História da Cidadania**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

SILVA, Ana Célia da. **A desconstrução da discriminação no livro didático**.__In. Superando o racismo na escola. 2º edição revisada / KabengeleMunanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 204p.